

DISCURSO NA MANIFESTAÇÃO DE ESTUDANTES¹

5 de junho de 1909

Ruy Barbosa

Senhoras e senhores — Muito obrigado aos estudantes fluminenses. Aos estudantes paulistas, muito obrigado. Nesta só expressão quisera eu deixar-lhes vertido todo o meu reconhecimento, e sentar-me. Nêles sinto reflorir o meu coração. Nêles me parece ver multiplicar-se a minha família. Nêles se me defronta a grande pátria com os esplendores do seu futuro. Mas, doente, exausto da intensidade das emoções desta noite, desejaria que bastasse, para me entenderdes, a demudada expressão do meu rosto, a enfraquecida exalação da minha voz.

Ser-me-ia lícito, porém, fazê-lo? Terei êsse direito, enquanto me ficar um resto de alento? Poderei conter a torrente íntima dêsses sentimentos, que me borbotam d'alma sob a influência do vosso entusiasmo, dessa onda impetuosa de sinceridade que vem convosco, dessa festa de esperanças, que o vosso alvoroço nos traz? Sinto que não. Viestes bater a estas portas, que nunca se fecharam aos reclamos do direito. Haveis de ouvir, embora seja, perdoai-me, é vossa a culpa, no desalinho de um tumultuoso improvisado, sob o cansaço e o esmorecimento de uma vida, que já começa a declinar pela rápida encosta do poente.

Os seus últimos raios encontrarão ainda entre vós o velho estudante, cada vez mais curioso de aprender, a quem os meus jovens amigos de S. Paulo vieram trazer, colhidas nas mesmas várzeas, sob a mesma atmosfera, entre aquelas mesmas neblinas de há quarenta anos, a flor das reminiscências dos meus bons tempos da antiga cidade do Tieté, hoje capital do progresso e da liberdade entre os Estados prósperos do Sul. Aos acentos da voz do seu orador, parecia-me sentir estremecer o berço da minha educação jurídica, ao primeiro balbuciar das minhas convicções liberais, quando as começava a ensaiar, levantando, entre os redutos do cativo, o grito da abolição, e bradando, numa época de govêrno conservador, pela reforma radical da Constituição brasileira. Na eflorescência da mocidade que ali renasce todos os anos, todos os anos se renova a seiva do mesmo espírito, aberto constantemente às grandes impressões, cujo eco agora mesmo de lá nos chega em notas da costumada harmonia, como sons arrancados às cordas de uma harpa exposta

¹ Para preservar a originalidade do texto, a grafia das palavras foi mantida conforme as regras da língua portuguesa vigentes no Brasil em 1909.

Jurista, Advogado, Senador da República, Ministro da Fazenda do Governo de Deodoro da Fonseca, Diplomata, Escritor, Filólogo e Jornalista brasileiro, Fundador da Academia Brasileira de Letras e da Academia de Letras da Bahia, nascido em Salvador, em 05 de novembro de 1849, e falecido em Petrópolis em 01 de março de 1923.

ao vento pelas rajadas de um céu, cujas sombras se sulcam dos clarões do futuro,

A cada passo da minha longa Odisséia contra os maus regimens sempre me encontrei com a mocidade. Torno a encontrá-la hoje entre os clarins desta alvorada. Bem haja o seu concurso, a sua animação, a sua solidariedade, certo prenúncio da vitória que nos espera. Já lhe acabamos de ouvir o clangor antecipado na palavra do maravilhoso orador, em quem vimos reerguer-se aqui as maiores tradições da eloquência riograndense, da grande eloquência humana, a voz da verdade animada pelo sôpro divino que a tribuna reserva aos seus privilegiados. De quantos me tem cabido a fortuna de escutar, desde os tempos em que a tribuna era um poder nesta terra, até êstes de hoje, quando apenas um ou outro rebentar da antiga chama nos denota, debaixo dessas cinzas, uns restos do fogo sagrado, nunca ouvi falar com mais inspiração, com mais abundância, com mais grandeza. Quando êle se demorava em nos pintar vôos de águia por êsses longes azulados, não era ao seu próprio surto que estávamos assistindo? A imagem se fazia realidade. Dir-se-ia sentirmos-lhe de perto a envergadura sôbre as nossas cabeças, depois a arrancada por êsses ares e, afinal, o pairar nas alturas virgens do espaço, com os raios do sol a pino nas guias das asas poderosas³.

Enquanto, através dos borbotões da inspiração, os seus lábios vertiam bálsamos sôbre o amargor das provações da minha vida pública, por êle ràpidamente esboçada nas melhores fases da sua evolução, era dentro em mim como se o rochedo, já estéril, da minha velhice, ao toque do encantador, se fendesse em veios de linfa cristalina. O coração, comprimido no peito, me reçumava lágrimas de saudade e gratidão; gratidão por êsse carinho, a que, na minha idade, se é tão sensível; saudade dos tempos do meu verdor nessas lutas, quando, meus jovens amigos, a esperança, a fé, o entusiasmo ardiam em mim, como em vós ardem hoje, antes de haverem atravessado, com a experiência, as suas regiões frias e assoladas. Como lhe agradecerei nunca mais ao inspirado orador o lenitivo da sua bondade? Já me fôra dado senti-la de longe, durante essa memorável missão de Haia, a que ora lhe aprouve aludir tão magnânimamente, quando, sob a sua iniciativa, a Câmara dos Deputados me honrou com aquelas saudações, a que para logo se associaram os congressos estaduais e as municipalidades. Mal calculará êle a energia, a segurança, o confôrto, que me levou ao estrangeiro, entre

3 Pedro Moacir, deputado do Rio Grande do Sul.

os espinhos da minha situação na assembléia das nações, êsse movimento nacional por êle em boa parte despertado.

Tive então momentos de sonho, no meio daquela temerosa realidade, quando me via, tão pequenino, representando esta desestimada república americana entre as potências da terra. Imaginei a política brasileira girando noutra orbe, ampliada pela distância que nos separava, melhorada por êsse contacto com a grande civilização, empenhada em se mostrar digna do convívio dos fortes, limpando-se dos seus vícios dos seus atrasos, das suas mesquinhezias, das suas invejas, dos seus rancores, dos seus instintos de velha intrigante, dos seus hábitos de toupeira a cavar, a cavar, a cavar incessantemente por baixo o alicerce de tôdas as coisas sagradas: o respeito, o merecimento, a gratidão, a justiça. Por que havia eu de atravessar êsse devaneio, para dêle me ver tão depressa despenhado? Nada havia mudado senão a minha miragem, que se desvanece.

Nenhuma luta ainda se travou entre nós, que mais apelasse para os sentimentos nobres de um povo, do que esta. Luta de princípios, luta de ideal, luta de futuro. Mal, porém, nos damos o alerta para os primeiros reconhecimentos, quando já lhe invade o campo o personalismo das brigas de campanário. Como que a talho de foice, em prévio revide a esta manifestação generosa, justamente esta tarde se me irrogava, da tribuna de uma das casas do Congresso, uma arguição inesperada. Segundo o autor dessa increpação gratuita, o cidadão que ora vos fala, o signatário da carta de 19 de maio, nega aos militares o direito de ocupar cargos públicos. Ainda bem que houve ali a voz de meu filho, para desmentir, como eu teria desmentido, se lá me achasse, êsse testemunho palpavelmente contrário à verdade material e notória de fatos correntes.

Nenhum documento político ainda teve entre nós publicidade mais ampla, discussão mais generalizada, eco mais profundo. Desde que saiu a lume, há quinze dias, em tôrno dêle gira a questão das candidaturas presidenciais. Tem passado pelo exame de todos os políticos, pelos olhos de todos os leitores. As suas afirmações claras, precisas, terminantes, reconhecem aos militares o direito de candidatura aos cargos eletivos, contanto que os requestem como homens de Estado, como homens de partido, como homens públicos, não meramente no caráter de militares, tendo por título apenas a sua farda, a sua espada, os seus serviços profissionais, o seu prestígio de classe. "A farda que veste o marechal Hermes", ali digo eu, "não constitui objeção ao exercício da magistratura suprema. Nada exclui,

entre nós, o militar de servir ao país nesse posto, contanto que ele se não confira ao militar, mas ao cidadão”.

Esta fórmula poderá não ser exata. Mas é inteligível, é transparente, é claríssima. Não há quem não a perceba. Ela admite expressamente os militares aos cargos eletivos. Caxias era um homem de Estado. Como homem de Estado, como chefe de partido, como influência parlamentar, exerceu a presidência do Conselho. Meros cabos de guerra, Itaparica ou Barroso, não poderiam vir a ser senão ministros das pastas técnicas, a que a sua competência os designava. Eis aí discriminadas as duas situações, ambas de militares, mas uma caracterizadamente política, a outra exclusivamente militar. Na primeira nada obsta à eleição do militar. Na segunda, a eleição do militar, bem que não contrária à letra, contraria mortalmente o espírito do regímen.

Será falsa a doutrina? Suponhamos que o seja. Mas não é equivocável. Ela não condena as candidaturas militares senão no segundo caso. No primeiro as legitima declaradamente. Como, portanto, admitir que de boa fé se me faça cargo de trancar aos militares as funções eletivas, a que distintamente os admito? Como, a não ser que se me pretenda inimizizar com a sua classe, recomendando-me à aversão da fôrça armada?

Embora, porém, a clareza do meu escrito me pudesse forrar à exigência de uma resposta, a relevância do assunto ma exige. Sem-razões na análise da minha carta não me abalariam a êste esforço. As até agora escogitadas já dariam para uma seção de museu ou uma sala de exposição. Nada mais curioso do que ver como de idéia tão singelas, vestidas em linguagem tão chã, desentranha o engenho dos críticos tantas surpresas. Sobretudo as contradições, topadas a monte, de uma sentença para outra, de uma para outra linha, atestando, pelo menos, a desmemória mais raza do autor do pobre escrito dissecado. São artes em que a polêmica política, entre nós, desbanca o espírito de invenção nas regiões mais altas da fantasia. Faz gôsto ver por aí o que tem de fértil a inteligência humana, e não vale a pena de rebater, quando, como neste caso, é tão óbvia a verdade, que se acha ao alcance de todos. Depois, tão empenhado anda no debate o mundo inteiro dos jornalistas, que os erros e injustiças da imprensa pela própria imprensa se curam.

O que, porém, na espécie me maravilha, me entristece e me arrasta a uma réplica, é o caráter do falso testemunho, o apêlo que, além da sua flagrante inexatidão, êle essencialmente encerra às paixões armadas, a cujo perigoso combustível se procura levar a chama contra o inerme defensor de uma idéia de ordem e direito. Daí a conveniência de opor ao veneno, logo

e já, o seu contra.

Contudo, pela tribuna do Senado acho que não devo. Só em último caso me serviria eu dela, para me justificar de arguições ou acusações proferidas na outra câmara legislativa. Sempre foi meu costume evitar êsses diálogos de uma a outra casa do Congresso, desaconselhados pelos melhores estilos parlamentares. De tal regra me não lembro de me haver desviado senão uma vez, para acudir em reivindicação da minha honra, brutalmente atassalhada na Câmara dos Deputados por implacável inimigo, cuja memória abençoou pelo ótimo serviço de me ter aberto ensejo à defesa, assinando essas calúnias com um nome responsável.

Mas não falta no Senado quem me possa chamar a terreiro. Lá estão ilustres cabeças do movimento pela candidatura Hermes. A êles é que tocaria chamar-me a contas pelos delitos da minha atitude. Quando mesmo, para o desempenho do seu dever atual, lhes fôsse mister desatar vínculos particulares, eu os absolveria de tôda a culpa, se tanto fôsse mister, em holocausto à pátria, interessada no castigo do temerário que ousa acreditar no seu direito de fidelidade às convicções de tôda sua vida. E, se lhes custa, como creio, o executarem pelas próprias mãos o amigo inocente, não faltariam, talvez, outros, em quem não houvesse as mesmas razões de constrangimento.

Dias depois de estampada a minha carta ao senador Azevedo, a quem aproveito a ocasião de agradecer o seu último discurso, tão afetuoso nas suas expressões de amizade, me comunicou espontâneamente êle as impressões do marechal Hermes a respeito dêsse documento. Posso resumi-las no anúncio, que me trouxe o meu nobre amigo, de uma visita do honrado marechal. Pretendia s. ex. dêste modo agradecer-me a linguagem daquele papel. Não recebi a honra da visita; mas guardei a da intenção comunicada. Não se poderia imaginar prova mais concludente de que a minha carta colocara a questão numa altura de tolerância e dignidade, onde cavalheiros e até amigos se podem encontrar, e terçar as armas do espírito, sem a menor quebra do respeito e mesmo da intimidade.

Nesta persuasão me devia confirmar o ato do Senado, recusando-me unânimemente, após os discursos de dois eminentes senadores, os senhores Pinheiro Machado e Severino Vieira, a exoneração da vice-presidência daquela casa. Eu lha requerera em têrmos de quem não tencionava ceder. Cedi, porém, no intuito de pôr de manifesto à augusta assembléia a serenidade do meu coração no dissentimento que nos aparta, a ausência absoluta de pugnacidade no meu ânimo, a minha vontade assente de pelegarmos a boa guerra da inteligência sem ferimentos pessoais, o desejo, enfim, de arredar, quanto ser possa, do seio daquela casa os recontros da campanha que encetávamos. Mas, se outra

coisa quiserem, se preferirem transportar para o laboratório das leis a questão estuosa das candidaturas presidenciais, matéria da esfera do eleitorado, alheia à competência constitucional do Congresso, contrária, até, a ela pelas funções judiciárias do seu papel como tribunal verificador da eleição; se a mais êsse desvio das boas normas nos deliberarem levar, não serei eu quem evite os incômodos da minha posição, deixando-me estar indefeso, ou abandonando a boa causa agredida.

Ninguém respeita mais que eu o Senado. Instituição capital do regímen, a êste conta não poucos serviços. Organizado para atuar como resfriadoiro das correntes menos calmas da câmara trienal, atravessou êle, contudo, por bastantes anos, uma zona tempestuosa, em muitos dos episódios de cuja passagem me tocou a sorte de ser protagonista. Treze ou quatorze anos, porém, de temperança e serenidade me pareciam suficientes, para desaquecer o solo escaldado, e firmar naquele membro do sistema as tradições de moderação. Eu deploraria vivamente, que delas se retrocedesse, voltando à combatividade, que assinalava aquêles dias agitados; mas aceitarei a lide, no terreno onde a puseram, dentro das leis normais e políticas do dever e da honra. Não está na minha índole fugir. O meu temperamento, mercê de Deus, não é o dos poltrões. Com as qualidades que fulguram ao sol das batalhas me não favoreceu a natureza. Mas da firmeza no meu pôsto cívico não permitirá Deus jamais que me abalem ameaças ou perigos.

Da tribuna, pois, que hoje aqui me ofereceis não menos honrada que a dos parlamentos, me utilizarei eu, a fim de apagar a estocada, que da Câmara dos Deputados se me atirou. Irritou-se o seu autor com o qualificativo de "má-fé", de que ali se servir meu filho num aparte ao infundado asserto. Mas, senhores, não era natural, da parte de um filho, um movimento de aspereza na repulsa de tão grave alteração da verdade contra seu pai, cometida em sua presença e a êle diretamente endereçada entre os risinhos de mofa de um auditório complacente com as veemências do orador?

Notai que o increpador não se referia ao passado. Em termos categóricos afirmava êle que a minha opinião nega aos militares o direito de exercer cargos públicos. Não fala, pois, de uma opinião, que eu tinha, que eu tive, que eu tivesse, mas de uma opinião que eu tenho, da minha opinião atual. Ora, a minha opinião atual não pode ser senão a que eu defini na carta de 19 de maio, carta que constitui um programa, um manifesto, uma profissão de fé. E nesse documento reconheço eu, em termos claros, formais, peremptórios aos militares o direito de ocuparem todos os cargos eletivos, desde a Câmara dos Deputados até à Presidência da República.

Não vos parecerá, senhores, tanto ou quanto difícil a escusa de inocência em favor de quem, tendo lido a minha carta de 19 de maio, me atribua, aparentemente como tese minha de hoje, uma proposição diametralmente oposta à que nesse escrito sustento? O que ali se acha, explícita e textualmente, é que os militares entre nós têm êsse direito. O autor da assacadi-lha o leu. Depois de o ler, me acoima de negar tal direito aos militares, e, afinal, asseverando positivamente o contrário do que a leitura lhe atestava, se agasta contra quem o desmente, reclama com vigor pela sua boa-fé, exprobra de indelicadeza ao seu contraditor. Ninguém preza mais do que eu a delicadeza na maneira de tratar os indivíduos. Mas não a tenho em menos conta na maneira de tratar a verdade.

Deixai-me confessar, pois, senhores, que, se ali me achasse, não saberia resistir ao impulso natural de que meu filho se deixou levar. De quantos filhos aqui me escutam neste vasto auditório, não sei se algum obraria diversamente. Meu filho não podia adivinhar a surpresa, que terminou o incidente. Quando êle desafiava o arguidor a lhe mostrar, na minha carta, a justificação do seu asserto, o que lhe replicaram, foi que se não tratava de tal carta, nem a ela se aludira. Ah! então é em atos, discursos ou escritos meus anteriores que batia o ponto. Mas, neste caso, antes de se queixar contra quem quer que fôsse o que cumpria ao autor do achado, era conciliar com o seu pensamento a redação em que o exprimira.

Se dissesse que eu tive, tivera ou havia tido tal doutrina, bem estava. Registraria assim um parecer meu antigo, divergente do meu parecer atual. Mas dar como parecer meu atual o meu antigo parecer, isso não, não me pareceria delicado, nem para com a verdade, nem para comigo. Depois, se eu, tendo outrora negado aos militares o direito de ocupar cargos civis, hoje, declaradamente, abertamente, solenemente, lho reconheço, onde o motivo, para me lançar em rosto a minha convicção de ontem um adepto da minha teoria de hoje?

Não haveria, antes, motivo para exultar com a minha conversão, em vez de se dar ares de lhe opor como barreira o antigo êrro por ela abjurado? Tanto melhor para os militares, se um que dantes lhes denegava certos direitos, presentemente lhos confessa. O que tocava, pois, ao seu advogado, era lavar têrmo da adesão. Mas amarrar o convertido à opinião, que êle houvesse repudiado, só para ter o gôsto de o indigitar à fôrça armada como seu inimigo, tudo seria, creio eu, menos exatidão, caridade e delicadeza.

Dar-se-á, porém, senhores, que eu, em alguma época da minha vida, houvesse desconhecido aos militares o direito de exercerem cargos não militares, «e em especial cargos de

eleição popular? Não é exato, senhores. Não pode ser. Torno a dizer que não. Qualquer calouro da Faculdade onde tem uma cadeira o meu censor, sabe de cor e traz nas pontas dos dedos que a Constituição reconhece expressamente a elegibilidade aos militares, com a exceção única do soldado raso. Porque a Constituição declara elegíveis todos os cidadãos alistáveis, e só recusa alistabilidade às praças de pré. A me não inscreverem, pois, abaixo da caloirada, não podia eu qualificar de inelegíveis a cidadãos, que elegíveis são por cláusulas terminantes da lei constitucional. O direito é êste, porque o direito é a lei, e eu não a podia iludir nem dessaber.

Dêste assunto, a elegibilidade dos militares, me não lembra que me houvesse ocupado outra vez, senão há dezesseis anos, em 1893, quando redigia e dirigia o Jornal do Brasil, que a revolta me arrebatou das mãos. Mas, se é aí que põe a mira o alvissareiro, ou não chegou a ler o que então escrevi, e anda iludido, por desazo de algum Cireneu, ou, se pôs os olhos nos meus editoriais daquela fôlha, bem saberá que tal coisa nunca me saiu da pena. Longe de sustentar, nesses escritos, que aos militares não assista o direito de elegibilidade, justamente da existência de tal direito partia eu, para o achar inconveniente, desaconselhável, nocivo. Nocivo, não só aos interesses do país em geral, mas, particularmente, à sorte das instituições livres e, sobretudo, à missão, ao destino, ao prestígio nacional da fôrça armada, ao desenvolvimento da sua capacidade, à excelência dos seus serviços, à cultura das suas virtudes.

Realmente, o que naquele periódico então expendi, não foi que os militares não têm direito aos cargos eletivos: foi que o não devem ter. Eram idéias de futuro, sementes de reforma, alterações do nosso direito constitucional, que eu sugeria. E por isso mesmo que as propunha como alterações do nosso direito existente, por isso mesmo, e com isso mesmo, reconhecia eu a existência dêsse direito.

São, já se vê, duas opiniões, que coexistem uma com a outra: uma, a de que os militares têm o direito de exercer cargos eletivos; outra, a de que tal direito não devem ter. Neste sentir estavam, mesmo entre nós, comigo militares dos mais eminentes. Maiores autoridades ainda alegava eu, invocando a prática de grandes repúblicas e grandes Estados militares. Entre as repúblicas, os Estados Unidos. Entre as grandes potências militares, a Áustria e a França. Com êstes dois últimos exemplares, a cuja lição me arrimava, que bajulador, dentre os mais servis das classes militares, me poderia arguir de lhes querer mal? Por que será que o Império Austriaco e a República Francesa, cujas fôrças de guerra juntas, só em terra,

montarão em cêrca de três milhões de homens, não dão entrada aos seus militares nas assembléias legislativas, senão pela inconveniência da confusão entre as funções políticas e as funções militares? E como se arranjariam os apologistas da opinião contrária, para nos convencer de que é ofensiva da classe militar, no Brasil, uma regra indicada pelo exemplo de dois dos países mais enormemente militares da Europa?

Provavelmente não ocorreu ao meu arguidor o caráter do período, em que eu alvitrava essa idéia. Fase memorável da minha vida e da vida nacional, começou êle em 21 de maio, para se encerrar em setembro de 1893, com a declaração da revolta naval, em que a mais cruel perseguição me envolveu inocente. Foi durante meses uma campanha contra o militarismo. Mas foi, ao mesmo tempo, uma campanha pelos direitos dos militares. Militares de terra e mar; porque também são militares os marinheiros da nossa armada. Por êstes, os que então incorriam nas iras do poder, renunciei ao meu descanso, malbaratei a minha saúde, expus a minha vida.

Vêde bem, senhores, amigos meus, companheiros de meus filhos, testemunhas do presente no tribunal do futuro; vêde bem: eu não recrimino; defendo-me. Na minha carta de maio está um coração de paz, com a justiça, a serenidade, o ramo de oliveira para todos, amigos ou inimigos. Nem por isso lhes mereço, ao menos, a consideração da verdade. A balela maligna do ódio ao soldado envolve a quantos impugnam a candidatura do marechal. Inventaram os seus amigos contra ela essa maldição, triste serviço dos extremados, cujo mister é comprometer a tôdas as causas que abraçam. Que me importa a mim, senhores, o espantelho? Não nasci cortesão. Não o fui do trono; não o quis ser da ditadura; da própria nação não o sou; não o serei das baionetas.

Amigo, isso é que sim, conselheiro leal, patrono sem ambições, um dêsses camaradas para a vida e para a morte, que não enxameiam ao cheiro da fortuna, que não debandam, que não desertam, que se não bandeiam, que não vêm e vão na aluvião política, no rôlo tumultuoso das facções esquecidas dos princípios, quando se quer entibiar os governos com a carranca da indisciplina militar, retransir a opinião com a sombra dos pronunciamentos, ou calafetar as avarias de partido com a exploração da credulidade dos soldados.

Eu, louvado seja Deus, nunca os busquei senão nas conjunturas em que desmaiava a sua estrêla, e periclitavam os seus direitos. Foi por êles que me bati veementemente no Diário de Notícias, quando a minha luta com o império ermava a minha casa, e traçava em tórno da minha atitude êsse circuito de pavor, que regela os cobardes. Quem eram então, dentre os po-

líticos, os que se alvoroçavam em pleitear os direitos dêsses lentes da Escola Militar, dêsses oficiais do exército, dêsses generais, cuja clientela eu alistei na minha banca de jornalista, frequentada unicamente pelos abandonados da política, da fortuna e da lei?

Veio depois o *Govêrno Provisório*, cujas responsabilidades assumi com os seus primeiros membros, em uma situação da qual se poderia dizer o que de outra já se disse: "Não estávamos no poder, estávamos no perigo". Foi-me dado então conhecer o maior coração de soldado, que já senti bater perto do meu. Alma heróica e generosa, a cujo nome cada um dos nossos manipuladores de lendas patrióticas, vai sucessivamente roubando, para enfeitar os seus ídolos, a glória da revolução de novembro e suas criações, que dêle é tóda. Na sua espinhosa ditadura me deu grande parte a sua grande confiança. E desta quantas vêzes me não servi eu, para acudir aos meus antigos clientes? Não me venhais dizer que, sob um govêrno presidido pela espada, quase nada poderia valer a militares a boa vontade de um paisano. Que significa a presença do meu retrato na Cruz dos Militares entre os seus benfeitores? O decreto que lhes eximiu totalmente de impôsto as suas propriedades prediais. Iniciativa, deliberação de Deodoro êsse ato? Não; unicamente do seu ministro da Fazenda. Deodoro me devolveu, com uma recusa, o decreto por mim enviado à sua assinatura. Afigurava-se-lhe exceção injusta êsse privilégio em favor daquela confraria. Fiz voltar, no mesmo ponto, o mensageiro, (que ainda vive e, então empregado meu, é jornalista hoje dos mais conhecidos) filo voltar com as razões escritas do meu insistir. Não se tratava de um favor arbitrário, mas de melhorar as circunstâncias do montepio militar, a que essa instituição de caridade oferece uma espécie de suplemento valioso. O marechal anuiu, e subscreveu. Foi assim que se consumou êsse benefício perpétuo às famílias militares. Nos seus lares orfanados, as mães, as viúvas, as crianças me asseguram outros tantos protestos vivos contra a calúnia, que me averba de inimizado ao exército brasileiro.

Dois anos depois, quando o regimen militar se declarava com estrondo, aos 10 de abril, quem foi, nesta terra, que valeu aos militares feridos por êsse golpe de fôrça onipotente? Entre generais e almirantes além de outros, eram não menos de treze êsses militares, primeiras vítimas do militarismo.

Porque, não se esqueça, do sistema que esmaga sob essa forma de govêrno as instituições civis, não escapam nunca ilesas as instituições militares. Sobre os que se alistam na côrte do ditador fardado, chovem, está claro, as vantagens pessoais da submissão ao poder. Mas a lei militar, o direito militar, as garantias militares, o que constitui a independência da

alma do soldado, a segurança da sua altivez, da sua isenção, da sua nobreza, todo êsse terreno inviolável da personalidade humana, que a obediência militar não exclui, tudo isso tem de ceder, tem de expirar, sob o desmoronamento geral da ordem jurídica, a que sobrevive unicamente o poder sem limites de uma espada sôbre tôda a nação. Assim é que, de envolta com os proscritos, um de cujos grupos marchava para a extrema inóspita de Cucuí, como os condenados da tirania moscovita para as Sacalinas, as ilhas da morte, havia três membros do Supremo Tribunal Militar, magistrados militares cuja vitaliciedade, como a de alguns lentes e outros funcionários indemissíveis, o arbítrio do senhor partira, a um assomo da sua vontade, como se quebra entre as mãos do executor de uma sentença de degradação a espada do degradado.

E qual foi o patrono, que acharam êsses chefes do exército e da marinha, para lhes ir levar o viático de uma esperança, ao seguirem caminho da prisão ou do destêrro indefinido, enxovalhados como traidores, evitados como leprosos entre os seus companheiros de classe? Bem me lembra a noite, uma dessas na agonia das quais soçobram os Pedros, e se renegam os Cristos, a noite de amargura, em que atravesssei os corredores do arsenal de guerra, por entre sarilhos de armas e filas de soldados, para ir assegurar àqueles abandonados o auxílio de uma voz irredutível em sua defesa nos tribunais. Ninguém ousava esposar a sua causa. Mas, ainda sob o estado de sítio, embora o meu nome pudesse então ser, de um momento para outro, agregado à lista dos proscritos, não hesitei em anunciar o meu habeas-corpus, grito da justiça entre as angústias e deserções do Terror. E sou eu o inimigos dos militares! Por cúmulo, entre os que contra mim exploram êsse ímpio apêlo à maldade, ainda há de sobressair agora o concurso de alguns dêsses, a quem eu socorria nessa conjuntura tenebrosa, em que houve lágrimas entre os fortes.

Mais tarde, após a sedição militar de 14 de novembro, contra a qual dei ao presidente da República todo o meu apoio, quando a repressão, pelas suas irregularidades, pela sua tardança, pelos seus abusos, acabara por degenerar numa situação opressiva para os acusados, quem foi que, outra vez, como dez anos antes, promoveu, em favor dos militares, a reparação da anistia?

Ainda ontem, ao regressar de Haia, vêde como procedi. Ali, enumerando os nossos títulos de superioridade à velha Europa, me ufanava eu de que o Brasil não conhecia a obrigação do serviço militar. Mas, ao chegar à nossa pátria, o achei estabelecido, por uma lei que se acabava de votar. Nada mais natural, pois, do que levantar-me contra essa reforma. Seria

um ato de coerência com a minha atitude no país em 1874, com a minha atitude no estrangeiro em 1907. Para a minha situação política teria sido uma abundante mina de popularidade. À nova instituição não resistiria ao movimento geral de hostilidade, que contra ela se desenhava, se alguém se lhe pusesse à frente, com desassombro e energia. Desprezei essas tentações da ambição, preferindo ver-me agredir àasperamente com os labéus de contraditório e traidor à liberdade, para não recusar às nossas instituições militares um elemento de força, que as necessidades da nossa defesa internacional nos exigem. Era para mim o maior dos sacrifícios; visto que semelhante concessão ao mecanismo da guerra abria, eu o reconheço, na intransigência dos meus sentimentos liberais, um rasgão formidável. Mas como recusar à existência nacional condições inevitáveis? Como deixar o Brasil na inferioridade, em que a este respeito se acha entre os nossos vizinhos? São eles os que nos forçam. A defesa nacional reclamava essa expansão militar. Apoiei-a. Que mais quererão de uma alma honesta e livre os interesses militares, para não a inscreverem no seu rol de suspeitos?

Eis aí, senhores, a defesa nacional, a grande função do exército como da marinha, a razão decisiva, mas única, da sua necessidade. Ora bem fácil me seria mostrar que nenhum homem político, neste regimen, se tem preocupado mais vivamente do que eu com a defesa exterior do país. Quero, pois, a força armada como quem mais a quiser. Exército e marinha vigorosos, eficazes, respeitáveis, mas sob o freio da lei, das instituições civis, do Governo constitucional. Ao serviço da nação os quero; não acima da nação. Quero-os desenvolvendo as qualidades militares nos quartéis, nos navios, nos arsenais, nas linhas de tiro, nos polígonos de artilharia, nas escolas especiais, nas grandes manobras, na lição de instrutores, de organizadores, de administradores, cuja competência nos traga o que o Japão e o Chile foram buscar na assimilação da ciência, da prática, da organização européia. Não os quero nas lutas políticas, desnaturando com a intervenção da força a liberdade dos comícios, das urnas e das assembléias deliberantes.

Que é, senhores, o exército, na paz e na guerra?

Na paz o exército é uma escola de ordem, legalidade, fortaleza e obediência. São as virtudes sôbre cujo fundo se estabelece a liberdade e se desenvolve o progresso. Que mais altos destinos se poderiam reservar a um corpo constituído, no seio de uma sociedade civilizada?

Escola de ordem... E nesta palavra tudo se resume. Porque a ordem, associada ao tempo, é o estôfo essencial de toda a existência no universo. Desde o céu estrelado até à terra dividida pelos conflitos humanos, tudo subsiste por ela, na criação animada ou inanimada: indivíduos, povos, Estados, civilizações, mundos. Chamem-lhe embora Deus, Providência ou lei, é a trama infinita e indestrutível, de cujo plano se desdobram todas as coisas. Dentro dela, o Exército é um aparelho de conservação social. Fora, seria a miséria, a selvageria, a calamidade.

Escola de legalidade; porque as nações, hoje, não concebem o exército senão como a espada nas mãos da justiça, ao serviço da lei contra o crime, ou, nas mãos da dignidade nacional, ao serviço do país contra o estrangeiro. Restrito a esta missão benfazeja, será o exército um instrumento de paz, tranquilidade e confiança. Rebelado contra ela, seria, por excelência, o inimigo público, o mal dos males, a anarquia suprema.

Escola de fortaleza; porque a fortaleza é a couraça impenetrável da bravura. Por ela se enrija e reveste o peito do soldado contra os interesses, contra o medo, contra o sofrimento, contra o amor da própria vida. Por ela a sentinela perdida arrosta impassível a solidão sinistra do seu posto, a fileira obscura se constela de inumeráveis heróis mas ignorados, a dor e a morte rasgam em vão as suas brechas de sangue na massa combatente. Coragem, denodo, intrepidez são os nomes brilhantes das suas proezas ilustres. Mas as suas raízes profundas estão modestamente, lá para o íntimo da alma, na paciência, na resignação, no hábito do dever, na rigorosa disciplina dos instintos rebeldes.

Escola, enfim, de obediência; porque a obediência é a condição orgânica da utilidade da fôrça, é a sua legitimação, é o segrêdo moral dos triunfos militares. Poderia inscrever-se-lhe a imagem nas bandeiras de guerra, entrelaçada com os seus louros como a mãe da vitória.

Tudo é obediência no domínio incomensurável da obra divina, desde os movimentos estelares, nas suas órbitas em que a fantasia se perde, até os atos dos homens no estreitíssimo circuito dos seus projetos, esperanças e conquistas. Quanto mais alto o poder, mais imperioso o freio da obediência. Sem obedecer não há mandar. Nos países livres, que é o governo senão o servo submisso da lei? A própria soberania das nações traça, nas leis constitucionais, limites a si mesma; e, se os transgredir, pagará com os cataclismos políticos a rebeldia às normas necessárias de toda a ordem. Quem primeiro se deve submeter a ela, senão a fôrça, para que as sociedades não a repulsem como inimiga do direito?

Durante a paz não é o exército mais que um dos serviços nacionais organizados para a manter. Suponhamos agora declara a guerra estrangeira, flagelo inominável, que Deus afaste para sempre dêste país e dêste continente. É justamente na guerra que mais se acentua a dependência da fôrça armada para com a nação, o seu papel de simples órgão subordinado aos centros vitais da sociedade. Não suponhais que aventuro um paradoxo: enuncio apenas uma verdade fâcilmente demonstrável. Durante os tempos de paz o aparato ordinário dos serviços militares, as tropas que atravessam as ruas, as manobras que falam à sensibilidade do vulgo bastam para gerar a impressão da fôrça, descrevendo-lhe em tórno o circulo do respeito, que a impõe. Com a guerra, porém, cede a imaginação o campo à realidade. Para logo se descobre o incompleto dos efetivos. Quando, sob o govêrno militar de Napoleão III, contava a França com quinhentos mil soldados, para lançar ao primeiro contacto sôbre a Alemanha, a chamada às armas lhe mostrou que o exército do Reno dispunha apenas de duzentos e cinquenta mil homens. Desde que o inimigo ameaça as fronteiras, de parte a parte se medem os recursos, e então se evidencia em tôda a sua grandeza a desproporção entre o pé de guerra constituído e as fôrças que reclama a defesa nacional.

De sua natureza o exército representa apenas metade da defesa de um país. Não é êle quem, num Estado marítimo como o Brasil, abriga essas imensas costas, por onde a nação respira. Presentemente, a sorte das nações marítimas se decide quase sempre no oceano. Com o maior dos exércitos e as suas fronteiras terrestres absolutamente garantidas, o Brasil poderia ser reduzido pelo bloqueio do seu litoral à asfixia, à capitulação, ao desmembramento. Mas essa mesma defesa das extremas terrestres, essa mesma incumbência de servir de barreira à invasão excede imensamente a importância das fôrças militares permanentes, em um país como o nosso. Quantos homens as compõem? Doze, quinze mil? Será preciso, na urgência da ocasião, multiplicá-los dez ou vinte vêzes, para guardar a nossa integridade. Como, porém, operar ràpidamente uma tal multiplicação? Com as reservas, com os voluntários, com o concurso geral da nação às armas, Desde então as fôrças ordinárias constituem apenas o núcleo de coesão e concentração, de organização e distribuição. Aí reside o princípio essencial da defesa, o seu quadro, a sua direção, a sua base. Mas os seus braços, a sua vitalidade, o seu poder, estão na massa nacional. Apoiada no seu exército, é a nação quem se defende a si mesma.

Na paz ou na guerra, portanto, nada coloca o exército acima da nação, nada lhe confere o privilégio de a governar. O exército não pode ter candidatos. Em um país livre só as

opiniões desarmadas têm o direito de pleitear os cargos eletivos. As forças de terra e mar não existem coletivamente, senão para as funções que o texto constitucional lhes atribui: a defesa da pátria no exterior e a manutenção das leis no interior. Uma candidatura puramente militar é a negação da eleição. A Constituição negou o direito de voto às praças de pré. Ainda quando elas, porém, dispusessem do sufrágio, o seu número, no eleitorado, as reduziria a insignificante minoria. Que vem a ser, com o sufrágio universal, em um país de vinte a vinte e cinco milhões de almas, dez ou doze mil homens armados? Pelo seu número, menos que o contingente eleitoral dos menores Estados. O Espirito Santo, por exemplo, reúne, êle só, quinze mil eleitores.

Bem sei que o exército não tem, realmente, candidato à presidência. Se há, com efeito, no exército, elementos, e certo os haverá, que a camaradagem militar, o nome do candidato, os seus serviços militares associam à candidatura Hermes, ali mesmo opiniões existem, ilustres, respeitáveis, numerosas, que não a louvam, que a deploram, que a têm condenado. Em tôdas as aventuras desta natureza o exército não passa de uma vítima, de um explorado. Mas é com a sua fôrça, com o seu prestígio, com o seu espectro que se faz jôgo. Andam aí duas linguagens. Uma, a da imprensa, a da tribuna, a dos parlamentos, a da publicidade em tôdas as suas formas. Essa, proclama enèrgicamente o caráter civil da candidatura. À outra, para a circulação de bôca em bôca, de ouvido em ouvido, nas salas, nos gabinetes, nos corredores, nas ruas, nos círculos sociais de tôda a natureza. Esta apresenta sem rodeios a candidatura como questão da classe armada. Hão de contestar-me, Mas a verdade é esta.

O país a deve saber.

De quantas expressões caíram hoje, senhores, da bôca do eloqüente orador rio-grandense, na profusão da sua generosidade, uma, em particular, me tocou simples, modesta, sem ressaibo de apologia: a em que êle condensou a síntese da minha carreira, dizendo que eu tenho a honra de ser um velho liberal. Imensa honra, e verdade sôbre tôdas, cara à minha consciência de cidadão. Liberal fui, sou e morrerei. Se abraçei a república, foi na esperança de a ver mais inclinada à liberdade que a monarquia. Se da república me não divorcio, é porque espero sempre chegarmos pelo caminho da república à liberdade. A república é uma forma. A substância está na liberdade. Por esta nunca hesitei em combater os desvios republicanos. Ora o maior dêstes é a confiança no expediente dos governos militares.

No meu passado republicano o que mais se destaca, é a luta contra essa funesta degeneração do regimen constitucional. Que podiam esperar, pois, de mim os colaboradores dessa combinação política, em cujo bôjo se renova o gérmen daquela desgraça? Durante anos de uma aliança em que entrei com todo o meu coração, não me chegariam a conhecer bastante, para me fazerem esta justiça, para me não suporem capaz de uma condescendência, que renegaria as melhores tradições da minha vida? Não tenho eu sido sempre um homem de princípios e convicções, um temperamento essencialmente jurídico, um adversário inconciliável de tôdas as concessões à ilegalidade, um infatigável lutador contra as desordens da fôrça? Como imaginarem, pois, que de tudo me esquecesse, para concordar na retrogradação da República ao seu período militar?

Felizmente, senhores, a nação está de pé, alerta e em marcha. Grandes movimentos e transformações, políticas e sociais, tenho acompanhado com a minha cooperação, na imprensa, na tribuna, ou no govêrno: a reforma eleitoral, a abolição do cativoiro, a luta vitoriosa contra o Império, a reação contra o primeiro militarismo. Mas, salvo o do abolicionismo, nenhum calou tão profundamente na vida nacional como êste de agora. Tôdas as classes, todos os interêsses concorrem hoje na mesma aspiração, resolvidos ao pleito, animados à luta, seguros do triunfo. E o triunfo há de vir, certo, brilhante, glorioso. Não o duvideis. A nação não pode ser vencida, quando a nação inteira se levanta. Eu lhe anuncio, eu lhe predigo, eu lhe asseguro a vitória, dependente unicamente dela mesma. Vitória tanto mais refulgente, quanto se há-de consumir na paz, só com estas armas: a palavra, a imprensa, as urnas.

Assim nos não falte a liberdade eleitoral. Assim não tolham os abusos da prepotência nos Estados. Assim mantenha o Govêrno Federal a sua imparcialidade no encontro dos partidos. Deus o inspire na solenidade desta ocasião, e esta atitude sua bastará para coroar a presidência atual, nos seus últimos anos, da mais legítima e invejável popularidade.